

Fiergs apresenta demandas para reconstrução do RS

Federação reuniu parlamentares gaúchos para alinhar pleitos do setor



Dos 78 pedidos feitos por Petry (foto), acesso a crédito e financiamento foi apontado como o mais urgente

/ INDÚSTRIA

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

A Federação Das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) reuniu boa parte das bancadas estadual e federal gaúcha na tarde de ontem em busca de união para alinhar as pautas da reconstrução gaúcha a serem levadas à Brasília. Ao todo, a federação contabilizou 78 demandas que foram apresentadas ao parlamentares. A maioria é destinada ao governo federal.

Só para a sede da Fiergs, que foi atingida pelas águas da enchente, estima-se a necessidade de R\$ 70 milhões a R\$ 90 milhões. A federação exibiu um estudo dos impactos econômicos da tragédia climática na indústria do RS.

“Apesar de representarem apenas 19,1% dos municípios do Rio Grande do Sul, as cidades em estado de calamidade possuem uma alta representatividade econômica no Estado, especialmente no setor industrial: 52,2% do valor acrescentado bruto (VAB) do RS, 59% do VAB industrial, 50,9% dos estabelecimentos industriais, 55,3% dos empregos industriais, 66,2% das exportações da indústria e 57,6% da arrecadação de ICMS com atividades industriais”, diz um trecho do estudo.

Ainda segundo a Fiergs, os

municípios em calamidade concentram quase a totalidade da produção de tabaco (99,9%) e de farmoquímicos e farmacêuticos (93,1%). Nestas cidades também estão 55,4% da massa salarial dos segmentos da indústria da transformação.

Dos 78 pedidos da Fiergs, o mais urgente é o acesso rápido e fácil a crédito e financiamento para reconstrução, sem burocracia, com taxas subsidiadas a empresas de todos os portes. Passados mais de 40 dias desde o início da calamidade no Estado, aumentam as reclamações em relação à burocracia para o acesso a recursos.

A federação também pede a criação de um Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, que seria o pagamento de um benefício, com redução proporcional da jornada de trabalho e do salário e a suspensão do contrato de trabalho.

Outro grande pleito das indústrias é a isenção de tributos

por 36 meses - ou três anos - tanto para tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, CPP, IPI, IOF, II e tributos do Simples Nacional), estaduais (ICMS e ITCMD) e municipais (IPTU e ISS).

Na infraestrutura, demanda R\$ 7 bilhões para reconstrução de estradas e a retomada urgente das operações do Aeroporto Internacional Salgado Filho. “Confesso que não posso entender como o aeroporto vai levar sete meses para ser reconstruído. Mas que história é essa? Esse negócio do aeroporto não está bem explicado”, questionou, indignado, o presidente da Fiergs, Gilberto Petry, ao apresentar as demandas da entidade.

Presidente-eleito da Fiergs, Claudio Bier também cobrou celeridade: “as demandas são muitas. Precisamos principalmente de crédito rápido e barato para essas empresas que estavam debaixo d’água até há pouco tempo e estão se recuperando. Sem empresas, não há empregos”, falou.

‘Dependemos do governo federal’, afirma presidente da entidade

A principal demanda das indústrias gaúchas é quanto à agilidade de disponibilização de recursos por parte do governo federal.

O presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Gilberto Petry, solicitou, aos deputados estaduais e federais presentes no evento e aproveitou para cobrar celeridade da União para liberação de recursos para reconstrução do Estado após a crise climática.

Segundo ele, o Rio Grande do Sul não tem capacidade de se recuperar sozinho. Para isso, “a economia tem que andar, e a economia não está andando”. “O ICMS já arrecadou R\$ 700 milhões a menos no mês que passou”, exemplificou Petry.

“Fundamentalmente, é ter recursos. Dinheiro para fazer a reconstrução de estradas, pontes, pagar salários. Tudo o que não for isso ficará para um segundo momento. Depende do governo federal. Quem tem o recurso é o governo federal. Tem a possibilidade de emitir”, acrescentou o dirigente.

Vice-coordenador da bancada gaúcha no Congresso Nacional, o deputado Alceu Moreira (MDB) criticou a demora do governo federal em liberar verbas.

“Estamos 40 dias depois que o evento aconteceu e hoje eu estava em Guaíba de manhã e o pessoal sequer recebeu os R\$ 5,1

mil. Se é uma coisa que o Rio Grande do Sul não precisa mais é discurso e visita. O que precisa é mandar pagar o que precisa ser pago. O diagnóstico já foi feito. O que o governo federal precisa colocar é recurso. Quantas casas foram feitas até agora? Nenhuma. Todos sabem o que deve ser feito e, se não faz, é por falta de vontade política”, afirmou o emedebista.

Ele disse que levará as demandas da Fiergs à Brasília, mas acredita que o Estado já tem o diagnóstico do que precisa ser executado.

“Com certeza a bancada federal levará a Brasília. Mas essa reunião, embora seja importante, não é uma reunião de trabalho como precisamos. O Rio Grande do Sul já tem o diagnóstico do que precisa neste momento, emergencialmente. Já identificou os eixos que tocam a economia.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adolfo Brito (PP), disse que levará as pautas da Federação ao Parlamento gaúcho, mas analisa que as principais demandas devem ser tratadas em Brasília.

“A parte burocrática poderia ser bem mais avançada. Esperamos principalmente no que diz respeito ao reassentamento das pessoas, das famílias, que estão sem casas, que isso possa ser definido o mais breve possível”, disse Brito.



Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

CARTA ABERTA AOS VEREADORES E À POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE

Neste momento em que a sociedade gaúcha está submetida a uma tragédia sem precedentes que atinge a todos, a Astec vem a público solidarizar-se com a população atingida.

Também chamamos a atenção dos Srs. Vereadores de Porto Alegre e demais gestores públicos para o fato de que não se agride a natureza impunemente, com afrouxamento da legislação de proteção ambiental e outras facilidades oferecidas a determinados segmentos socioeconômicos da sociedade que disso se aproveitam.

A alteração dos códigos florestais, o desrespeito ao Estatuto da Cidade e a descaracterização dos planos diretores das cidades sobram um preço que, como estamos vendo, é alto. Acrescidos a isto, o sucateamento e a precarização das estruturas públicas só potencializam catástrofes como a que estamos vivendo.

No caso específico de Porto Alegre, reiteramos o teor do documento **Manifestação aos Porto-Alegrenses sobre o Sistema de Proteção contra Inundações de Porto Alegre**, lançado por um amplo grupo de técnicos, em 13 de maio de 2024 – alguns vinculados à prefeitura da capital e outros não. É um documento de alto rigor técnico, que espelha a realidade desse sistema, e extremamente oportuno quando detalha uma série de ações necessárias para sua manutenção e reparação.

Ao mesmo tempo, repudiamos veementemente uma série de agressões pessoais dirigidas aos seus signatários, o que de fato atinge a todos os técnicos que assinaram tal documento, bem como a todos os que com ele concordam, ainda que não o tenham assinado. Essas agressões, vindas especialmente de representantes políticos que colocam valores privados acima dos valores públicos e, inclusive, de alguns que tiveram voz de comando dentro da prefeitura nos últimos anos, visam meramente desviar a discussão do que precisa ser feito, assim procurando um desvio para as suas óbvias responsabilidades sobre o que foi feito e, principalmente, sobre o que não foi feito em relação à manutenção do Sistema de Proteção Contra Inundações.

Chamamos a atenção, ainda, que, quando ignoram o conhecimento técnico amalhado pelos servidores públicos de carreira da prefeitura, esses mesmos representantes buscam utilizar-se de terceiros nem sempre preparados na gestão da coisa pública.

É necessário e urgente que a população, mas principalmente os gestores públicos, levem a sério os efeitos das mudanças climáticas no planeta, e que sejam corrigidos os procedimentos equivocados. Nesse sentido, é necessário que o conhecimento técnico seja reincorporado às gestões e, especialmente, dos seus servidores de carreira, que são os que verdadeiramente carregam, ao longo dos anos, a experiência e o conhecimento necessários ao bom desempenho dos serviços. Sem esse cuidado, sem o devido respeito a quem deve recebê-lo, estamos condenando a cidade à repetição de tais catástrofes!

Porto Alegre, 07 de junho de 2024.

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre (Astec)



VIDROBOX

DESDE 1971

- Vidros Gerais

Temperados - Laminados - Termo-acústicos

Controle solar - Texturizados - Múltiplos

vidrobox@vidrobox.com.br - (51) 3302 - 4343